



Memorial Henrique Spengler: memória e ensino de história no norte do Mato Grosso do Sul

RENATO JALES SILVA JUNIOR*

Nesta comunicação pretendo apresentar os supostos teóricos e metodológicos que norteiam uma pesquisa ainda em seu início sobre a produção social da memória e os seus usos no ensino de história, um trabalho que funde diferentes momentos da minha experiência profissional. Minhas pesquisas de mestrado e doutorado tiveram como tema a atuação dos sujeitos comuns na produção do espaço urbano, mais especificamente na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Estes textos tiveram como suposto teórico a historiografia marxista inglesa, mais especificamente as obras de E. Thompson, Christopher Hill e outros. Meu interesse pelas pesquisas no ensino de história se dá a partir da minha experiência como professor da educação básica durante dez anos na prefeitura de Uberlândia e intensifica com minha entrada como professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na área de ensino.

Neste projeto especificamente tomo como ponto de partida o acervo do Memorial Henrique Spengler, localizado na cidade de Coxim, norte no Mato Grosso do Sul. Esta instituição tem como documentos a produção do artista plástico Henrique Spengler, inspirada nas representações da tribo Kadiweo-Mbayá, além de registros escritos e fotográficos que trata, entre outros temas, do movimento cultural Guaicuru. Criado em 1977, este movimento reuniu artistas plásticos, músicos, jornalistas, historiadores entre outros e tinha como objetivo central pensar as identidades culturais a serem produzidas para o novo estado que surgia tentando criar uma tradição para o estado ligada ao Pantanal e a história indígena. É um rico acervo que está sendo organizado agora e que pode ajudar futuras pesquisas sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul e os embates em torno de sua identidade pós-separação.

Tomamos estes registros como elementos fundamentais para pensar a relação entre memória e ensino de história e as possibilidades de apropriação destas representações para problematizar as histórias oficializadas sobre o Mato Grosso do Sul. Colocar este acervo em discussão no ensino de história é fundamental para aproximar professores e alunos da educação básica de instituições de guarda e preservação e possibilitar a construção de experiências educacionais que coloquem a ciência histórica em movimento.

* Professor Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Sociedade.



A discussão em torno do conceito de memória é muito rica na historiografia nos últimos anos, em diferentes vertentes a relação entre história e memória passou a ser problematizada. Imagens, registros paroquiais, músicas, poesia, arquivos públicos, fontes orais produzidas pelo próprio pesquisador e mesmo os livros didáticos aparecem como produções humanas e registros de memórias que guardam determinados olhares sobre a sociedade.

O debate em torno da necessidade de se pensar os usos da memória em nossa sociedade atual aparece também, como coloca a historiadora Jacy Alves de Seixas (SEIXAS, 2004) em função dos novos processos de exclusão social provocada pela perspectiva neoliberal que produziu um outro tipo de exclusão, não só aquela dos expropriados na relação de trabalho, mas outros simbólicos dos grupos em busca da afirmação de suas diferenças (étnicas, sexuais, religiosas). Para Seixas estes grupos colocam no debate o direito à memória, esta constituída a partir da luta por afirmação de identidades e de diferenças.

Estas lutas constituídas por grupos e movimentos que buscam pertencimento a partir de suas diferenças chegam ao ensino e mais especificamente ao ensino de história através de leis como a 10.639 (que torna obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira) e a 11.645 (que inclui os indígenas). Sobre esse processo as historiadoras Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Viana Dantas trazem os seguintes apontamentos:

Nos últimos tempos, em diversas partes do mundo, ganharam importância as reivindicações por políticas de reparação feitas por grupos que foram oprimidos ou derrotados, em algum período de sua história, em condições contrárias às convenções universais de direitos humanos. Essas reivindicações envolvem não só direitos a reparações, como também o que se convencionou chamar de dever de memória (ABREU, MATTOS e DANTAS 2010:21)

O dever de memória produziu resultados práticos ao tornar os temas obrigatórios, mas ainda faltam elementos e pesquisas para refletirmos sobre como as memórias sobre as ações destes sujeitos são recuperadas.

Há outro caminho para pensar a relação ensino e memória que será adotada neste projeto, dialogando com a perspectiva marxista a partir dos estudos culturais iniciados por historiadores como Richard Hoggard, E. P. Thompson e Christopher Hill.

O debate sobre a memória na historiografia marxista brasileira ocorre a partir da emergência do sujeito na história contraponto a uma historiografia estruturalista que limitou a ação de homens e mulheres no determinismo econômico e nas forças da estrutura do modo de

produção. Esta leitura do social enxergavam os sujeitos apenas quando atuavam nas instituições clássicas de ação política como os sindicatos e os partidos.

O sujeito retornou a história nesta tradição historiográfica fundamentalmente a partir dos debates em torno do conceito de cultura pensada no movimento dialético da produção social, isto é, as forças hegemônicas não deixaram de determinar rumos e impor sentidos, mas mesmo estas estavam impregnadas de escolhas e interferências do modo como as pessoas recebiam os valores impostos e devolviam com as suas apropriações. A já clássica citação de Thompson põe este suposto em movimento:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” [...] Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. (THOMPSON, 1997, v.I, p.13)

Este trecho sintetiza o suposto teórico. Thompson usa a ironia para criticar os adjetivos produzidos por uma historiografia marxista que impunha seus valores e expectativas sobre os sujeitos. Esta leitura ortodoxa impedia os pesquisadores de enxergar as ações dos trabalhadores no seu tempo e dentro de sua própria lógica.

Seus trabalhos ajudaram a perceber a força de intervenção dos sujeitos sociais, individualmente ou em grupo quando desloca a interpretação das estruturas para os valores produzidos nos modos de viver e não por aqueles idealizados pelo pesquisador, dessa forma ampliamos o olhar para as múltiplas formas de luta de sobre o social.

Em outro texto importante deste historiador, Thompson trata das diferentes visões de uma cultura letrada sobre os pobres, fundamentalmente nos movimentos reformistas ingleses e problematiza “o desejo de dominar e moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos pré-determinados e seguros” reafirmando que este desejo “permanece extremamente forte durante a época vitoriana e continua vivo ainda hoje” (THOMPSON, 2002:31).

Este questionamento é significativo para pensarmos nossa concepção de ensino de história e sua relação com a produção e guarda de memórias. Quando dissociamos a história que produzimos – colocando-a como ciência que desseca o social – das experiências narradas sobre diferentes linguagens pelos sujeitos, impomos uma relação desigual e rompemos com o dialógico. É importante estarmos atento para abandonarmos uma tendência de acreditar que a



academia possui as respostas ou os caminhos “ideais”, e que os diversos sujeitos sociais aparecem apenas como fornecedores de materiais para melhor traçarmos os projetos.

Alessandro Portelli em conferência realizada no encontro da Associação Nacional dos Professores Universitários de História em Fortaleza (ANPUH, 2009) nos aponta alguns caminhos para a expressão de um texto dialógico. Ao falar em sua exposição do tratamento específico com as fontes orais, Portelli nos lembra que não lidamos com tabelas, ou com coisas, e sim sujeitos portadores de potencialidades, ativos. Portanto para lidar com múltiplos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem é preciso ter em mente que todo encontro deste nível envolve questões políticas e éticas, e que são estes sujeitos (os encontrados nos registros documentais, professores e alunos) que nos ajudam a buscar uma história alternativa.

Com o intuito de construir esse diálogo que busquei o acervo do memorial Henrique Spengler. Levantar sua documentação e produzir um material que possa chegar à educação básica em forma de diálogo com professores se tornou um caminho interessante para, ainda sob inspiração do texto de Thompson, pensar com estes “como a sociedade muda, em que ponto e em função de que embates postos nesta sociedade se engendrou uma mudança cultural” (THOMPSON, 1981:53).

Esse movimento teórico e metodológico tem a intenção de problematizar histórias sobre o Mato Grosso do Sul que chegam prontas sem autoria. Para isso é necessário colocar a reflexão acadêmica no “chão social”, testá-la no diálogo com as muitas memórias produzidas sobre diferentes linguagens. Ao buscar evidências que ajudem os profissionais a pensar estas questões é possível encontrar experiências sociais de sujeitos em busca de pertencimento a este estado ou as suas cidades e mostrar que esta busca esteve, por vezes, permeadas por conflitos e tensões, por outras, constituídas a partir de articulações em torno de consensos.

Outro objetivo do projeto é mostrar que a documentação do memorial ou qualquer outro fonte documental não pode aparecer nas aulas de história como simples informações que completem lacunas do nosso trabalho, mais do que isso, elas têm o potencial de contribuir para uma maior democratização na ação dos sujeitos na medida em que ouvimos homens e mulheres que foram silenciados sobre o que pensavam acerca da realidade social que os cercavam.

Essa amplificação não se faz de forma direta da documentação ao texto porque é mediada pelas interpretações do pesquisador e do professor de história. Aqui temos outro elemento importante do processo de ensino que precisa ser trabalhado, a capacidade de



construir diferentes leituras sobre o social. Entendendo, como nos alerta Thompson, que “o passado ao qual nos reportamos se fez a partir de disputas em torno de valores” (THOMPSON, 1981:53), a documentação possibilita ampliar as vozes e mostrar que os processos históricos são vividos em meio a tensões e o que aparece como projeto vencedor não foi a única possibilidade. Portanto, para conseguirmos entender como se processam mudanças precisamos nos deter um pouco sobre como pretendemos trabalhar com o conceito de cultura.

Nos últimos vinte ou trinta anos este conceito apareceu como resposta para inúmeras questões colocadas pelos historiadores sobre o social. De resposta para tudo, o conceito passou a ser outro problema para nós. Problema porque está permeado de olhares diferentes e por vezes contraditórios, o que demanda um posicionamento claro sem menosprezar outros diálogos que vem sendo constituídos na academia em torno deste conceito.

Partindo das leituras feitas da obra de Raymond Williams entendo que os conceitos são problemas cunhados historicamente pelos intelectuais, portanto não estão dados e prontos para nossa colheita e uso. Portanto é necessário nos posicionarmos como intelectuais na sala de aula e esclarecer de onde partimos. Nesse sentido, nos identificamos com a crítica literária Beatriz Sarlo que defini nossa atividade:

Hoje, se algo pode definir a atividade intelectual, seria precisamente a interrogação sobre aquilo que parece inscrito na natureza das coisas, a fim de mostrar que as coisas não são inevitáveis. (...). Examinar o que está dado pressupondo que ele resultou de ações sociais cujo poder não é absoluto: o que está dado é a condição de uma ação futura, e não o seu limite (SARLO 1997:10)

A perspectiva de trabalhar com diferentes memórias sobre um determinado processo histórico se dá então no sentido de desnaturalizar as relações vividas no social, de apresentar e questionar as tensões que levaram a determinados caminhos e excluirmos outros possíveis, construindo memórias hegemônicas. Esta proposta metodológica coloca a história viva para os alunos e lhes permite ver que também são sujeitos e que estão inseridos nos processos. Colocar as ações dos diferentes sujeitos é importante não para expô-las unicamente no texto, no material didático ou para apontar que são diferentes, mas para participar e contribuir na luta por uma maior democratização das produções culturais.

Esta contribuição se dá apontando um “olhar político” para práticas sociais vividas no presente que busque evidenciar as dissidências, conforme nos ensina Sarlo, “descobrir as



fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar a mudança” (SARLO, 1997:60). Partindo do texto “cultura em crise” de Terry Eagleton (EAGLETON, 2005), fundamentalmente na relação que este estabelece entre cultura e poder entendo ser a primeira um dos meios por onde homens e mulheres travam suas lutas cotidianas, e portanto, uma das muitas formas de expressão das lutas de classe que se dão também em torno da produção de guarda de memórias.

A memória emerge nesta pesquisa como uma das diferentes expressões culturais, portanto, vista não apenas como esforço de recordar, mas como instância e espaço de poder. A partir deste suposto entendemos que a memória tem mais ligação com o presente que a utiliza que com o passado de que ela faz uso.

O historiador espanhol Josep Fontana (FONTANA, 1998) é também inspiração neste trabalho. Quando traz a memória para o seu texto o faz pensando na forma como determinados embates sociais são transformados em história. Fontana problematiza marcos do que chama de história na aceção burguesa para mostrar que estes são marcos da memória de um grupo e, portanto representa parte da realidade. Ainda de acordo com este historiador, a memória é um instrumento de legitimação de um olhar sobre as relações sociais, portanto questioná-las é uma das funções do professor de história. Ainda no diálogo com Fontana aprendemos que o historiador/professor compõe este processo na medida em que o seu trabalho também é produção de uma memória específica e na sala de aula estes podem referendar os questionar os textos que lhes chegam prontos.

Outro historiador da tradição marxista, Raphael Samuel, coloca que a memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado, é isto sim, uma “força ativa, que molda; que é dinâmica” e que ela é “dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo” (SAMUEL, 1990). A relação entre história e memória se dá então na tentativa da primeira ser construída levando em consideração a produção de muitas memórias que traduzem projetos diferenciados sobre o viver social, muitos destes derrotados em função da luta desigual.

Sobre esta inspiração alguns historiadores no Brasil têm trabalhado na perspectiva de pensar como o apagamento de algumas memórias e a permanência de outras traduzem valores que estiveram em disputa no social. A coletânea de textos que marca a obras “Muitas memória e outras histórias” é significativa desta leitura (FENELON, 2004). Nestes textos as categorias memória e cultura são trabalhadas para trazer outros sujeitos silenciados pelo que

os autores chamam de memória hegemônica. Assim como Williams traz de Gramsci a idéia de valores hegemônicos para pensar a dialética da construção da cultura global, estes historiadores tem pensado que na produção de memórias há um processo dialético de tensões que levam algumas a se colocarem mais visíveis na sociedade. Neste procedimento a memória individual tem relevância no momento em que traduz e recupera possibilidades apagadas pelo processo histórico.

A história é, nesse viés, um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, como nos inspira Edward P. Thompson. A atenção se volta para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. A metodologia é observar como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e transformam na experiência social.

A nossa tarefa, diz Khoury:

“explorar modos como memórias se fazem e se refazem, tensionam e se articulam na experiência diária, impregnadas não só nas falas, como nos gestos, comportamentos, rituais, tradições, costumes e sensibilidades; distribuídas em outdoors, propagadas pela mídia, forjando-se nos rumores de cada dia” (KHOURY, 2004, p.133).

Daí temos não só os processos de dominação mas também os de resistência, a produção de valores hegemônicos mas também aqueles emergentes. Quando os alunos têm acesso a estas dinâmicas do social poder romper com uma visão ainda comum de história pronta e sempre feita por outros sujeitos, em geral aqueles que estão no poder estatal.

Para este trabalho Yara Khoury lembra alguns cuidados, diz-nos que embora seja cativante trazer o sabor de afetos distantes, o colorido das experiências vividas e desejadas, estamos sempre correndo o risco de nos deixar envolver por olhares nostálgicos sobre lugares e causas perdidas, “fazendo prevalecer certa imobilidade na reflexão, em detrimento de maior exploração das possibilidades criativas do trabalho da memória e da história em suas mútuas relações” (KHOURY, 2004:137).

Percebemos que nos estudos mais recentes história e memória se aproximaram mais, os historiadores têm se dedicado a pensar a produção de memórias a partir dos indivíduos, isso não significa uma leitura liberal do termo, mas uma reflexão que têm levado em conta os múltiplos meios de lembrar, meios estes carregados de valores culturais, sentimentos, paixões. Esta leitura liga sempre este indivíduo com as múltiplas relações sociais, portanto, não falamos de memórias biográficas no sentido tradicional destes estudos.



Estas reflexões têm tomando o cuidado de enfatizar não só o que é lembrado – pelo indivíduo no momento de uma entrevista ou nos “lugares de memória” – mas também o que é esquecido em decorrência de disputas por projetos diferentes ou em consequência de situações traumáticas.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Martha, MATTOS, Hebe e DANTAS, Carolina Vianna. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 21-37

EAGLETON, Terry. Cultura em crise. In.: **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005, p. 51-77.

FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et. al. (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d' Água, 2004.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. nº 19, vol, 09, p. 219-249, 1990.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna: , arte e vídeo-cultura na Argentina**. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1997.

_____. Um olhar político: em defesa do partidarismo na arte. In.: **Paisagens imaginárias: , arte e meios de comunicação**. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 55-63

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. IN: BRESCINI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). **Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004

THOMPSON. E. P. A lógica histórica. In. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.